

**Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Disputas fronteiriças: estratégias de conquista colonial e processos étnicos entre os  
Mbayá-Guaykuru no vale do rio Paraguai (ca. 1775-1800)**

Francismar Alex Lopes de Carvalho\*

**Resumo:** No último quartel do século XVIII, acirraram-se as disputas entre portugueses e espanhóis pela posse do vale do rio Paraguai. A estratégia adotada pelas duas Coroas para tentar obter o livre acesso aos territórios indígenas e defender as fronteiras coloniais da cobiça da Coroa rival constituiu-se na instalação de fortes militares. Somados ao avanço dos estancieiros pelos territórios, os fortes militares procuravam pressionar os grupos étnicos para que fossem confinados aos limites das fronteiras coloniais. Na presente comunicação, analiso a atuação do grupo étnico Mbayá-Guaykuru nesse processo. Defendo que os Mbayá, conscientes da situação histórica em que estavam inseridos diante da dicotomização colonial, procuraram manipular com habilidade suas alianças políticas, jogando o jogo das rivalidades e procurando obter vantagens ora dos portugueses, ora dos espanhóis, ora de outros grupos étnicos, a fim de manter a autonomia territorial que possuíam.

**Palavras-chave:** Fronteiras – Relações Interétnicas – Mbayá-Guaykuru.

**Abstract:** In the last quarter of the 18<sup>th</sup> century, disputes among Portuguese and Spanish were incited. The litigation involved the dispute for the ownership of the Río Paraguay valley. The strategy adopted by the two Crowns to obtain the free access to the indigenous territories and to defend the colonial borders against the rival Crown's greed was consolidated in the installation of military forts. Added to the progress of the *estancieros* by the territories, the military forts tried to press the ethnic groups to confine them to the limits of the colonial borders. In the present communication, I analyze the performance of the ethnic group Mbayá-Guaykuru in this process. I defend that Mbayá, conscious of the historical situation that they were inserted before the colonial dichotomization, tried to manipulate with ability their political alliances, playing the game of the rivalries and trying to obtain advantages some times of the Portuguese, other times of the Spaniards, and so of other ethnic groups, in order to maintain the territorial autonomy that they possessed.

**Key-words:** Frontiers – Interethnic Relationships – Mbayá-Guaykuru.

Os portugueses realizaram no ano de 1775 uma série de pesquisas no rio Paraguai a fim de encontrar uma paragem adequada para erguer um forte militar. Os projetos de instalação de fortes militares no vale do rio Paraguai faziam parte de um plano de expansão mais amplo, tecido pela política pombalina. O governador da capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza, Morgado de Mateus (1765-1775), em carta ao tenente-coronel João Miz' Barros e ao ajudante de ordens Antonio Lopes de Azevedo, de 30 de outubro de 1770, expressou com certo detalhe seu plano de expansão (DI, v. 9: 86), chegando a propor a

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro (PR). E-mail: francismar\_alex@yahoo.com.br

organização de expedição que desceria pelo rio Paraguai para “fundar hua fortificação no estreito adonde chamam o *fecho dos morros* p.<sup>a</sup> segurarmos a navegação daquelle Rio contra as irruçoens dos Paragûás [sic]” (para acurada análise desses planos de militarização das fronteiras, vide: BELLOTTO, 1979: 273 *et seq.*).

Segundo Bastos (1972: 164-65, 174), Pombal pretendia incrementar as rotas de contrabando entre Mato Grosso e a Província de Chiquitos. Os produtos manufaturados ingleses passariam a Chiquitos mediante uma taxação tributária sobre os contrabandistas, a ser recolhida pelas autoridades portuguesas. Para garantir o livre acesso àquela região – seja pela rota das monções do norte, via bacia Amazônica, seja pela rota das monções do sul, via bacia do Paraná – Pombal determinou o fechamento dos principais rios à subida dos castelhanos, Mbayá e Payaguá. O forte de Iguatemi (1767) fecharia o rio Paraná, e o forte de Nova Coimbra (1775), o rio Paraguai, efetivando o controle do Alto Paraguai pelos portugueses. Iguatemi caiu em 1777, diante de uma ofensiva militar dos espanhóis. Mas o arrojado projeto consolidara-se na fundação de Nova Coimbra, em 1775, na latitude de 19° 55’, a qual foi seguida da fundação dos fortes de Príncipe da Beira (1776), Albuquerque e Vila Maria (1778).

Do ponto de vista dos espanhóis, a aliança que ajustaram com os Mbayá em 1759 foi decisiva para o início de um processo de reconquista do norte do Paraguai, rompendo-se a fronteira do rio Manduvirá e povoando-se a Cordillera com estâncias tocadas por *estancieros-milicianos* (SUSNIK, 1991: 61-62). Não demorou a que os espanhóis também investissem na construção de fortes militares como forma de controle das fronteiras contra a mobilidade dos naturais da terra e a cobiça dos rivais ibéricos. Em 1773, incrustaram num dos importantes centros de operações dos Mbayá, o rio Ypané, o estabelecimento de Villa Real de la Concepción. Além disso, estabeleceram em 1784 uma comandância militar em San Pedro de Ycuamandiyú e, em 1792, fundaram o forte de Borbón.

Na carta do comandante de Concepción, Pedro Joseph Molas, ao governador do Paraguai Joaquín Alós (1787-1796), de 1788, são referidos vários objetivos estratégicos que moviam os espanhóis a procurarem a amizade dos Mbayá e consolidarem a reconquista do norte da província. Dentre as metas, cumpre destacar: a tentativa de fundar uma povoação na confluência do rio Aquidabán com o Paraguai, que com pronta comunicação fluvial, excelentes terrenos e disposição de uns duzentos povoadores facilmente deixaria “esta Nación [Mbayá] estrechada, y atajado su Orgullo”; e retomar o projeto de estabelecer rota segura entre os estabelecimentos paraguaios e Santa Cruz de la Sierra, via Chiquitos, caminho que os

Mbayá conheciam bem e onde poderiam servir de guias (CARTA de Pedro Joseph Molas [...], Julio 8 de 1788, Cópia, In: CS, Carp. 67, f. 5-7).

Ao passo que os portugueses pretendiam incrementar suas monções de comércio, passando manufaturas pelo Mato Grosso ao Peru a troco de prata, os castelhanos do Paraguai, simultaneamente, planejavam o estabelecimento de uma rota de comércio ligando Chiquitos, Assunção e Buenos Aires (BASTOS, 1972: 195). A instalação dos fortes militares pelo Alto Paraguai acirrou as rivalidades entre as duas Coroas, colocando definitivamente na pauta dos grupos étnicos locais a dicotomia de forças.

Diante desse quadro pouco animador, quais as estratégias de alianças adotadas pelos Mbayá a fim de assegurar sua territorialidade, autonomia e condições socioculturais? De que modo articularam sua rede de acordos e intercâmbios frente a uma gama tão diversa de atores sociais – como militares espanhóis e portugueses, grupos étnicos rivais, *criollos estancieros*, moradores portugueses, peões das rotas da erva, contrabandistas, soldados, curas das reduções, entre tantos outros – que competiam intensamente pelo acesso à “tierra Mbayânica”?

Obviamente que tais questões merecem uma análise exaustiva, que não tenho nem a pretensão nem as condições de fazer aqui. Objetivo, contudo, lançar apenas alguns apontamentos provisórios a partir de alguma documentação com um escopo um tanto quanto negativo. Isso porque alguns indícios tornam discutível, e mesmo passível de refutação, certa tese difundida por Vangelista (1992: 162) segundo a qual: “Durante el último decenio del siglo dieciocho se abre de hecho un período en el cual las naciones indígenas de frontera comenzaron un proceso de identificación del territorio étnico con el territorio de las dos coronas”. Embora, nesse trabalho, a autora se restrinja à trajetória dos Payaguá, ela generaliza sua tese de que os índios passaram a identificar o território étnico com o território colonial, também para os Mbayá. Há, portanto, uma redução da complexidade do processo: os Payaguá teriam tomado o partido dos espanhóis, e os Mbayá, o dos portugueses. Estudando as alianças dos Mbayá é possível perceber outras variáveis que mostram uma realidade muito mais complexa.

A propósito do quadro teórico deste trabalho, cabe indicar que Oliveira (1998: 56) utiliza o termo “territorialização” enfatizando uma situação que tem a ver com o confinamento do grupo étnico: a “intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. A posição que sustento a partir da análise de caso do presente estudo é a de que, embora as imposições territoriais limitem a ação do grupo, elas não implicam na pronta

neutralização da noção que este possui de sua *territorialidade*. A definição de territorialidade que adoto aqui é a proposta por Sack (1986: 19, 21-22), para quem se trata de estratégias que um grupo manifesta ao estabelecer o acesso às coisas e pessoas em certa área, e em reivindicá-la como “nossa terra” (em oposição a outros grupos que não a partilham ou que competem pela sua posse). Trata-se do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Assim, procuro não reduzir a territorialidade reivindicada pelo grupo àquela imposta pelo sistema colonial.

Em que pese os esforços das duas Coroas para que os Mbayá fossem confinados às fronteiras coloniais, eles permaneciam com suas alianças estratégicas a fim de manterem o controle ou obterem vantagens em seus territórios. Duas situações evidenciam tais estratégias dos Mbayá: os tributos que impunham aos colonos e as gratificações solicitadas às autoridades castelhanas. Em 1788, a vila de Concepción contava com cerca de 250 habitantes, os quais viviam em constante estado de alerta, em razão dos ataques freqüentes dos chaquenhos e dos Mbayá. Seu comandante, Pedro Joseph Molas, em carta ao governador do Paraguai, refere que os Mbayá, por se considerarem senhores daqueles territórios e “mais nobres que as demais nações”, impunham aos moradores *criollos* uma tributação periódica:

*Esta dicha Nación, señoreándose por estos países, mantienen su orgullo, por reconocer débiles nuestras fuerzas de pocos pobladores, y el numero de ellos crecidísimo, con tal audacia que en siendo modo se hace que se les tributen, con dádivas de los frutos del chacareo de estas gentes, y cuando se les niega, muestran enojo y prorrumpen en amenazas, y [...] a la retirada hacen sus tales cuales robos tanto en chacras, como en las animaladas de estos vecinos (CARTA de Pedro Joseph Molas, de Concepción, al Gobernador Joaquín Alos, en Julio 8 de 1788, Cópia, In: CS, Carp. 67, f. 4).*

Firmada em 1759, a aliança entre os Mbayá e os espanhóis, embora tenha permitido uma expansão dos *criollos* ao norte, implicava, segundo a perspectiva dos Mbayá, em inevitável reciprocidade por parte dos espanhóis. Ou seja, o preço da aliança, sempre manipulada pelos índios, eram as chamadas *gratificações*. Os chefes Mbayá exigiam gratificações o tempo todo, promovendo hostilidades quando não as recebiam. Pela mesma carta de Molas (*ibid.*, f. 4-5), de 1788, fica-se sabendo que o comandante de Concepción solicitava ao governador que fornecesse os bens para as gratificações, pois elas saíam às próprias custas dos moradores. Os caciques apareciam repetidas vezes, “diciendo comandante danos baca, tabaco, sal, y quanto se les antoja, [...] piden cuentas, espejos, cascabeles,

cuchillos, y quanta agujería hay para las mujeres, e hijos, que en esto son muy importunos, y que me es preciso revestirme de paciencia”.

Por outro lado, os Mbayá que ocupavam a região do forte português de Nova Coimbra passaram a freqüentá-lo continuamente, praticando inclusive trocas comerciais com os moradores. Em 1791, depois de um conflituoso processo de negociação e do estabelecimento de contínuas trocas entre os Mbayá e os moradores de Nova Coimbra, os chefes dos subgrupos Guetiadegodi e Eyibegodegui assinaram um Termo de Paz, em Vila Bela, com os portugueses (AGUIRRE, 1950 [1793-1796]: 25). Estes não pouparam esforços no sentido de corresponder às exigências culturais dos caciques Mbayá, a exemplo do seu indisfarçável gosto pela figura de “capitão”. Talvez por essa razão uma das principais ações das autoridades coloniais portuguesas foi precisamente a condecoração dos caciques Emavidi Xané e Queima com os títulos e petrechos de “capitães” (PRADO, 1839 [1795]: 40-41).

Os Mbayá aproximaram-se do forte de Nova Coimbra, procurando manter ali uma relação de troca vantajosa e deixando bem claro, como o fizeram no episódio de 1778, que estavam insatisfeitos com a instalação do presídio e com a falta de mobilidade decorrente. Diminuída a seguridade bélica que possuíam, procuraram aliar-se ora aos espanhóis, ora aos portugueses, sem abrir mão da autonomia de realizar a pilhagem-troca com e contra ambos. Os Mbayá tentavam explorar a vizinhança dos fortes coloniais seguindo estratégias de incursões violentas e trocas pacíficas, exigências de tributos e gratificações, procurando obter vantagens da rivalidade entre as duas Coroas.

A política indigenista espanhola do final do século XVIII estabelecia a meta de retirar todos os cavalos dos Mbayá para privá-los definitivamente da sua mobilidade, o que facilitaria o incremento das estâncias de colonos pelos vales dos rios Apa e Aquidabán. Em carta de 28 de janeiro de 1797, o governador Lázaro de Ribera ordenou que, diante das incursões praticadas pelos Mbayá sobre os estabelecimentos castelhanos de Vila Real, Borbón, Ycuamandiyú, San Carlos e Guarepoty, preparassem tropas para “poner en respectu aquella frontera, y buscar a los Bárbaros a efecto de recobrar el crecido numero de caballos que se han robado, que es el mayor daño que ha vivido aquella Población” (SH, v. 164, n. 4, f. 26b). De acordo com Susnik (1971: 92), tal política indigenista “desposeería a los Mbayáes no solamente de sus caballos sino de su propia subsistencia, un medio de la des-ecuestación de la sociedad mbayá; un verdadero ‘fin del mundo’ para los Mbayáes”.

Diante do acirramento das contradições do sistema colonial, os Mbayá procuraram resistir à perda dos cavalos, dos territórios que conquistaram no século anterior, do numerário demográfico e do apoio dos servos Guaná. Tais estratégias foram articuladas de modo diverso

pelos subgrupos. Em 1798, os Apacachodegodegi e os Guaná-Chavaraná assinaram um tratado de paz com os espanhóis, a despeito dos subgrupos Guetiadegodi e os Eyibegodegui terem assinado o tratado de 1791 com os portugueses. As articulações políticas dos subgrupos permaneciam estratégicas e manipuláveis, embora sofrendo pressões cada vez mais fortes do sistema colonial (CRB, n. 58, f. 1b-4a).

As contradições, contudo, permaneciam, e se manifestaram durante a guerra entre Espanha e Portugal, que também teve seu palco, no início do século XIX, no vale do rio Paraguai. Em 1801, esses índios, ao observarem alguma movimentação militar no forte Borbón, vieram a Coimbra falar ao comandante Ricardo Franco de Almeida Serra, contando-lhe que os espanhóis preparavam um ataque, a ser presidido pelo próprio governador Lázaro de Ribera:

*[...] com estas noticias empregou-se o dito tenente-coronel em contentar aquelles indios por todas as fórmãs, comprando-lhes igualmente seus cavalos por baêtas, facões, machados e outros gêneros que elles estimam muito, afim de os não venderem aos hespanhões, que solicitavam esta compra com dois fins, um para que elles sem tantas cavalgaduras lhes não fossem fazer incursões em suas terras, e outro para privarem-nos d'este indispensável auxilio (SIQUEIRA, 1850 [1817]: 43).*

Depreende-se dessa passagem que espanhóis e portugueses competiam pelo apoio político e militar dos Mbayá, oferecendo as mais variadas vantagens, que eram exploradas habilmente pelos índios. Tanto que os Mbayá que foram falar ao comandante Serra já traziam consigo os cavalos para realizar a troca vantajosa, situação que, como informa o mesmo documento, ocorria também do lado espanhol. Simultaneamente, contudo, ao adquirirem os cavalos dos Mbayá, tanto portugueses como espanhóis pretendiam enfraquecer-lhes o poderio. Os ataques à aliança simbiótica com os Guaná e as invasões do território tinham este mesmo objetivo (ARECES, 1998: 92-93).

Nesse contexto, seria uma generalização reducionista dizer que os Mbayá, *como um todo*, identificaram-se com um ou outro território colonial, que eles “tomaram um partido”. Na fronteira, as relações são maleáveis e cambiantes. Na década de 1790, os Cadiguegodi (ou Kadiwéu) prestavam valioso auxílio aos espanhóis do Forte de Borbón, embora promovessem incursões contra Concepción. Em 1797, foram procurados por caciques dos Guetiadegodi e Eyibegodegui, “muy bien vestidos á lo militar”, que tentaram convencê-los dos benefícios da aliança com os portugueses. A proposta foi rechaçada e os Kadiwéu relataram o caso aos militares de Borbón (SH, v. 362, n. 1, f. 96a-98a).

O que se pode dizer com certa segurança é que, no final do século XVIII e início do XIX, houve uma *aproximação tendencial* de certos subgrupos Mbayá em relação aos portugueses. A política indigenista dos espanhóis, procurando tomar abertamente os cavalos e praticando chacinas como a de 1796, condicionou, em parte, esse processo.

Assim, em janeiro de 1802, os Mbayá que estavam aliados aos portugueses marcharam sobre o forte espanhol de São José do rio Apa. Registrou o militar Candido Xavier de Almeida e Souza (1949 [1802]: 78-79) que a tropa consistia em 55 portugueses somados a quase 300 índios, os quais “acometeram tumultuariamente debaixo das sombras da noite com grande vozeria, da qual atemorizados os Espanhóis, desampararam a estacada”. Outro depoimento afirma, contudo, que a atuação dos Mbayá teria sido um tanto quanto relutante, e que eles teriam participado mais efetivamente dos saques (SIQUEIRA, 1850 [1817]: 50).

As alianças envolvem modos diversos de ver o ato de guerrear. Pouco tempo depois, conversando sobre esse episódio com os chefes Mbayá, Serra (1850 [1803]: 370) anotou que, da perspectiva militar que eles possuíam, fazer a guerra aberta como a fazem os portugueses e espanhóis era uma idiotice:

*Sem que tanta cobardia e atrocidade os envergonhem, antes d'ella fazem garbo; tratando de estolticie ao modo de fazer a guerra dos portuguezes e hespanhóes, dando e recebendo golpes, a ainda a mesma morte de frente a frente para conseguirem a tanto custo a vantagem: e que isto só os néscios fazem, quando a guerra e modos d'elles Uaicurús é o mais seguro e prudente, porque fazem estragos sem receberem damnos, espreitando uma e muitas vezes occasião opportuna em que sem risco algum consigam seus fins.*

A despeito da territorialização imposta pelas duas Coroas, os Mbayá prosseguiram lutando pelo controle de suas terras e posses, bem como pela manutenção de sua pauta cultural específica, realçada nas situações de contato. Corria a segunda metade do século XVIII e a estratégia dos portugueses e dos espanhóis para, ao mesmo tempo, tentar permitir o livre acesso aos territórios indígenas e defender as fronteiras coloniais da cobiça da Coroa rival, constituiu-se na militarização dessas fronteiras através da instalação de fortes. Plantados estrategicamente em pontos decisivos da geopolítica interétnica e do conflito entre as duas Coroas, os fortes, somados ao avanço dos estancieiros pelos territórios, procuravam pressionar os grupos étnicos locais para que fossem confinados aos limites arbitrários. Como procurei demonstrar, daí não se seguiu uma identificação dos Mbayá com o território dos espanhóis ou dos portugueses, como sugeriu Vangelista (1992: 162). Ainda que o sistema colonial impusesse “tomar um partido”, não se seguiu daí uma suposta “aculturação territorial”.

Pelo contrário, entre os Mbayá, a consciência da dicotomização colonial e das suas pressões não apagou, ao contrário, manteve-se subordinada à consciência de uma territorialidade autônoma. É porque tinham a consciência da sua situação histórica e da importância de seus territórios, cujos limites pouco tinham a ver com a dicotomização colonial, que os Mbayá podiam manipular suas alianças políticas, jogando o jogo das rivalidades e procurando obter vantagens ora dos portugueses, ora dos espanhóis, ora de outros grupos étnicos. Essa busca de autonomia, presente mesmo quando firmavam uma aliança política que aparentemente os limitava, mas que na prática era um meio para atuar segundo sua própria conduta, é um traço importante da política Mbayá no século XVIII.

## REFERÊNCIAS

### FONTES MANUSCRITAS

#### Archivo Nacional de Asunción, Paraguai

Fundos:

ACTA/CAB – Acta del Cabildo de Asunción (Cópias)

CRB – Coleção Rio Branco

CS – Carpeta Suelta

SH – Sección Historia

### FONTES IMPRESSAS

AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 19, 1950.

ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 202, p. 3-132, 1949.

DI – DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v. 9: Yguatemy. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1901.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792): Iconografia*: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

- LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. 2 v.
- PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 21-44, 1839.
- SÁ, José Barbosa de. Chronicas do Cuyabá [...] [1765]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 5-217, 1899.
- SCHMÍDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata* [1565]. Buenos Aires: Cabaut y Cía., 1903.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes [1803]. In: VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999. p. 129-38.
- \_\_\_\_\_. Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru's, Guana's, etc. [...] [1803]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 348-95, 1850.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato-Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817 [...], *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 5-125, 1850.

## BIBLIOGRAFIA

- ARECES, Nidia R. Los Mbayás en la frontera de Concepción: guerra e intercambio, 1773-1840. *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 33, n. 1-2, p. 77-113, 1998.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1), p. 47-77, 1998.
- SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986 (Cambridge studies in historical geography, v. 7).
- SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991.
- VANGELISTA, Chiara. Los Payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790). In: JORDÁN, Pilar García; IZARD, Miquel (Eds.). *Conquista y resistencia en la historia de América*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992. p. 151-65.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*: v. 1: antropologia. 2. ed. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999. p. 109-223.